



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
(Casa de Félix Araújo)
VEREADOR RENAN MARACAJÁ

PROJETO DE LEI Nº ____/2021.

EMENTA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A IMPLANTAR AULAS DE FUTEVÔLEI EM TODAS REGIONAIS DA CIDADE, PARQUE DA CRIANÇA, PARQUE DA LIBERDADE, DENTRE OUTROS.

Art. 1º Autoriza o poder Executivo Municipal a implantar aulas de futevôlei em todas regionais da Cidade.

Art. 2º Fica autorizado Poder Executivo Municipal fazer parcerias Público - Privada

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.


RENAN MARACAJÁ
VEREADOR



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
(Casa de Félix Araújo)
VEREADOR RENAN MARACAJÁ

JUSTIFICATIVA

Nasceu nas praias do Rio de Janeiro, no Brasil, no ano de 1965, quando um grupo de amigos, acostumados a dar toques à beira-mar (como é usual vermos nas praias)

Na década de 1990, o futevôlei expandiu-se pelo mundo. Esta expansão fez com que o esporte fosse praticado em países como a Argentina, Uruguai, Tailândia, Inglaterra, França, Alemanha, Itália, Grécia, Holanda, Espanha, Áustria, entre outros. Já existem federações que tutelam o esporte nestes países.

Tendências Sociais que Influenciam o Desporto

Estamos a entrar numa nova era do desporto. A sociedade moderna provocou um aumento do stress, ansiedade, sedentarismo, etc., apoderando-se da humanidade de tal forma, que a busca pelas atividades desportivas praticadas em espaços naturais começa a ser uma realidade, promovendo a harmonia e equilíbrio entre a humanidade, a natureza e o movimento.

Existe uma movimentação de dirigentes e organizadores para fazer do futevôlei um esporte olímpico. Mas por enquanto esse trabalho é de divulgação da modalidade ao redor do mundo, porque para colocar um esporte no cronograma olímpico é necessário ter um determinado quórum de praticantes no masculino e no feminino. No feminino, por exemplo, a quantidade de atletas é pequena, e isso enfraquece o movimento. Estamos na corrida para bater essa meta nos Jogos de 2024 (em Paris, França).

Questões Jurídicas

Art. 71: A criança e o adolescente têm direito a informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos e produtos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

vereadoras na análise e aprovação desta proposição.

O autor.